

José Manuel Sérvulo Correia

**LEGALIDADE
E AUTONOMIA CONTRATUAL
NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

COLEÇÃO
teses

Almedina

ÍNDICE GERAL

PARTE I

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

Origem e Fundamentos do Princípio da Legalidade Administrativa

1. Conceito de legalidade administrativa	17
2. Gênese histórica do princípio da legalidade administrativa	19
3. A concepção jusnaturalista dos direitos do homem	23
4. O princípio da separação de poderes	25
5. O princípio da soberania popular	30

CAPÍTULO II

O Princípio da Legalidade Administrativa no Direito Comparado

6. As estruturas constitucionais e a variabilidade do princípio	33
7. O princípio da legalidade no Direito francês	55
8. O princípio da legalidade no Direito alemão	77
9. O princípio da legalidade no Direito italiano	137

CAPÍTULO III

O Princípio da Legalidade Administrativa no Direito Português

10. O princípio da legalidade nos textos constitucionais anteriores a 1976	179
11. O princípio da legalidade na Constituição de 1976: A) Razão de ordem	188
12. O princípio da legalidade na Constituição de 1976: B) Estado de Direito Democrático e legalidade	190
13. Legalidade dos regulamentos da Administração central: o princípio democrático, o princípio da separação e interdependência dos poderes e os decretos regulamentares directamente fundados na Constituição	198
14. Decretos regulamentares independentes emitidos no exercício de competência atribuída por lei	236

15. Estabelecimento de deveres ou restrições sobre os particulares pelos decretos regulamentares independentes	247
16. Regulamentos de execução emitidos pelo Governo	251
17. Regulamentos dos órgãos locais dependentes do Governo e regulamentos dos institutos públicos	257
18. Regulamentos das autarquias locais	261
19. Actos administrativos e precedência de lei	280
20. Parâmetros de conformidade dos actos administrativos	284
21. Sujeição dos actos administrativos a uma reserva total de norma jurídica	289
22. Reserva total de norma jurídica e Orçamento do Estado	298
23. Legalidade positiva dos actos administrativos e densidade e abertura das normas	309

PARTE II

NATUREZA E LIMITES DA AUTONOMIA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO I

CONCEITO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

24. Contrato administrativo e acto administrativo	343
25. A) Critérios da qualificação dos contratos como administrativos	353
26. B) Critério da sujeição	363
27. C) Critério do objecto do contrato	371
28. D) Critério da prossecução de fins de imediata utilidade pública	379
29. E) Critério estatutário	393
30. Sujeitos dos contratos administrativos	406
31. Classificação dos contratos administrativos	417

TÍTULO II

LEGALIDADE E AUTONOMIA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

Natureza e Limites da Liberdade Contratual dos Particulares

32. Razão de ordem	429
33. Pluralidade dos conceitos jurídicos de autonomia	430

34. Autonomia privada e área de licitude	431
35. Autonomia privada e fonte da juridicidade dos actos	435
36. Autonomia privada e autonomia da vontade	440
37. Autonomia privada e liberdade contratual	443
38. Manifestações da liberdade contratual: liberdade de celebração e liberdade de estipulação	447
39. Fundamentos da limitação da liberdade contratual	449
40. Limites da liberdade de celebração	453
41. Limites da liberdade de estipulação	458

CAPÍTULO II

Natureza da Autonomia Pública Contratual

Secção I

Autonomia Privada e Autonomia Pública

42. A Autonomia privada como princípio estruturante da esfera de liberdade do ser humano	465
43. Natureza da autonomia de criação unilateral de efeitos de direito em situações concretas regidas pelo Direito Administrativo (autonomia pública exercida através de actos administrativos)	469
44. Fundamentos da autonomia pública exercida através de actos administrativos	486
45. Limites da autonomia pública exercida através de actos administrativos: princípio da legalidade e natureza funcional dos poderes administrativos	490
46. Natureza da autonomia exercida pela administração nos negócios jurídicos de direito privado	500
47. Limites da autonomia exercida pela administração nos negócios jurídicos de direito privado	532

Secção II

Autonomia Pública Contratual

48. Capacidade e competência no contrato administrativo	562
49. Autonomia pública contratual e procedimento administrativo	575
50. Direcção normativa e autonomia pública contratual: A) análise da doutrina	590
51. Direcção normativa e autonomia pública contratual: B) uma nova proposta de enquadramento da questão	609
52. Conjugação dos regimes de legalidade material do contrato administrativo e do acto administrativo pré-contratual	643

TÍTULO III

LIMITES DA AUTONOMIA PÚBLICA CONTRATUAL

CAPÍTULO I

Limites da Autonomia de Celebração dos Contratos Administrativos

53. Razão de ordem	655
54. Limites da decisão ou deliberação de contratar	656
55. Limites da adopção do contrato administrativo como forma jurídica de actuação	676
56. Limites da escolha do co-contratante	690

CAPÍTULO II

Limites da Autonomia de Fixação do Conteúdo dos Contratos Administrativos

Secção I

Fixação do Conteúdo dos Contratos Administrativos Típicos

57. Normas injuntivas e normas dispositivas	705
---	-----

Secção II

Fixação do Conteúdo dos Contratos Administrativos Atípicos

58. Estipulação de relações jurídicas especificamente administrativas desprovidas de enquadramento normativo	711
59. Constituição de poderes de autoridade sobre o co-contratante e renúncia deste a direitos subjectivos públicos	719
60. Estipulação de contra-prestações do co-contratante como condição do exercício de poderes discricionários pela Administração	739
61. Estipulação do exercício de poderes discricionários	748
Teses	755
Bibliografia	793
Índice ideográfico	811